Russell Bedford
taking you further

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

Relatório de revisão das informações intermediárias

Referente ao terceiro trimestre do exercício de 2019

21 de novembro de 2019.

Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

Russell Bedford
taking you further

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e aos Acionistas da
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias **da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais ("Companhia" ou "CPRM")**, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Companhia). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que de auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de setembro de 2019, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Russell Bedford
taking you further

Outros assuntos

As demonstrações contábeis encerradas em 30 de setembro de 2018 foram por nós auditadas e emitimos relatório em 31 de outubro de 2018 com modificação na conclusão em relação aos financiamentos de pesquisa mineral. No exercício de 2018, a Administração realizou a verificação do risco de perdas e o devido reconhecimento dos ajustes de realização. Nossa conclusão não está modificada em relação a este assunto.

São Paulo, 21 de novembro de 2019.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
Maciel Auditores S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Balanços Patrimoniais Levantados em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais

ATIVOS	Nota Explicativa	09/2019	12/2018
CIRCULANTES			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	41.976	27.401
Contas a Receber	5	404	203
Materiais	6	291	446
Tributos a Recuperar	7	1.168	1.041
Adiantamentos para Despesas	8	11.907	5.206
Convênios com Entidades Diversas	9	9.229	10.650
Convênios com Entidades Diversas - TED	33	88.314	0
Outros Créditos	10	22	25
Total dos Ativos Circulantes		**153.311**	**44.972**
NÃO CIRCULANTES			
Realizável a Longo Prazo	11	25.673	26.344
Investimentos	12	13	20
Imobilizado	13	125.120	124.920
Intangível	14	571	0
Total dos Ativos não Circulantes		**151.377**	**151.284**
TOTAL DOS ATIVOS		**304.688**	**196.256**

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	09/2019	12/2018
CIRCULANTES			
Fornecedores	15	8.152	8.947
Financiamentos a Pagar	16	35	19
Tributos e Encargos Sociais a Pagar	17	29.461	51.344
Férias e 13o.salário a Pagar	18	54.572	40.371
Provisão para Contingências	19	8.213	66.574
Contas e Despesas a Pagar	20	13.949	15.624
Convênios com Entidades Diversas	21	10.559	5.155
Convênios com Entidades Diversas - TED	33	88.314	0
Credores Diversos	22	1.462	1.672
Total dos Passivos Circulantes		**214.717**	**189.706**
NÃO CIRCULANTES			
Financiamentos a Pagar	16	296	292
Tributos e Encargos Sociais a Pagar	17	14.312	15.578
Total dos Passivos não Circulantes		**14.608**	**15.870**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	23	30.148	30.148
Reservas de Reavaliação	24	21.710	21.901
Resultado Acumulado	25	23.505	(61.369)
Total dos Patrimônio Líquido		**75.363**	**(9.320)**
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**304.688**	**196.256**

*** As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias**

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Resultados
Para os Períodos de Nove Meses Findos em 30 de setembro de 2019 e 2018 e Três meses de Julho a Setembro de 2019 e 2018.
Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Período por ação

	Nota Explicativa	01/01/2019 a 30/09/2019	01/01/2018 a 30/09/2018	01/07/2019 a 30/09/2019	01/07/2018 a 30/09/2018
RECEITA LÍQUIDA	26	1.661	1.894	772	573
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	27	(1.477)	(799)	(1.227)	-230
LUCRO BRUTO		184	1.095	(455)	343
RECURSOS DA UNIÃO PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS	28	374.561	373.461	128.778	127.980
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	29	(276.911)	(368.846)	(131.846)	(128.568)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		97.834	5.710	(3.523)	(245)
(DESPESAS) RECEITAS FINANCEIRAS	30	(4.619)	(3.193)	(1.850)	(839)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		93.215	2.517	(5.373)	(1.084)
Imposto de Renda e Contribuição Social	31	-8.497	0	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	32	84.718	2.517	(5.373)	(1.084)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO		28,74	0,85	(1,82)	(0,37)

*** As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias**

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os Períodos de Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2019 e Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2018
(Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	Capital Social	Reserva de Reavalição	Resultado Acumulado	Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31/12/2017		**30.148**	**22.366**	**(68.357)**	**(15.843)**
Resultado do Período				2.517	2.517
Realização da Reserva de Reavaliação			(349)	349	-
Ajuste de Período Anteriores				(22)	(22)
SALDOS EM 30/09/2018		**30.148**	**22.017**	**(65.513)**	**(13.348)**
SALDOS EM 31/12/2018		**30.148**	**21.901**	**(61.369)**	**(9.320)**
Resultado do Período	32			84.718	84.718
Realização da Reserva de Reavaliação	24		(191)	156	(35)
SALDOS EM 30/09/2019		**30.148**	**21.710**	**23.505**	**75.363**

*** As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias**

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

CPRM
Serviço Geológico do Brasil

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Para os Períodos de Nove Meses Findos em 30 de Setembro de 2019 e Nove meses Findos em 30 de Setembro de 2018.
(Em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	09/2019	09/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Liquido do Período	32	84.718	2.517
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e Amortização		7.075	9.274
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo		4	38
Juros e Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo		(976)	(27)
Ajustes de Exercícios Anteriores		0	(22)
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo - PCLD		(70)	0
Ajustes no Ativo Imobilizado		0	0
Ajuste da Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis		(35)	0
Provisão de Contingências		(58.361)	(7.129)
Ajustes no Ativo Investimentos		0	0
		32.355	4.651
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS			
Contas a receber		(201)	77
Estoques		155	(28)
Impostos a recuperar		(127)	(30)
Adiantamentos para despesas		(95.014)	-
Depósitos Judiciais e para Recursos		1.718	(10.690)
Outros ativos		1.424	(10.479)
		(92.045)	(21.150)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS			
Fornecedores		(795)	(5.173)
Salários e Encargos		(8.948)	14.495
Contas e Despesas a Pagar		86.639	9.580
Outros Passivos		5.208	5.871
		82.104	24.773
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		22.414	8.274
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do Imobilizado		(12.164)	(10.496)
Baixa de Imobilizado		4.889	2.561
Adição/Baixa de Intangível		(571)	(34)
Baixa de Investimento		7	0
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(7.839)	(7.969)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0	0
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		14.575	305
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	27.401	23.773
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	41.976	24.078
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		14.575	305

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019.
(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto se de outra forma indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma Sociedade por Ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Para total e fiel consecução de seus objetivos sociais, compete à CPRM gerar e difundir o conhecimento das Geociências no interesse do país, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de Geologia e Hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;

- Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil;

- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível à sociedade brasileira;

- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

- Realizar pesquisas, estudos e mapeamentos relacionados com os fenômenos naturais e induzidos ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;

- Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação; § 1° De acordo com o disposto no § 1°, do art. 2° da Lei n° 8.970, de 28 de dezembro de 1994, consideram-se: a) recursos minerais: as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis encontradas na superfície ou no interior da terra, bem como na plataforma submarina; b) recursos hídricos: as águas de superfície e as águas subterrâneas.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) atua em todo o território nacional, possui sede e foro em Brasília/DF, além de 12 Unidades Regionais nas seguintes localidades: Rio de Janeiro, Manaus, Porto Velho, Belém, Recife, Fortaleza, Teresina, Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Porto Alegre.

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Nota 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na forma total, sendo os Balanços de Unidades Gestoras consolidados no Órgão 29208 – Gestão 29208. A sua escrituração está mantida em registros permanentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e é feita conforme estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Trata-se de Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, elaboradas com o propósito de atender às determinações da Lei 11.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, regulamentada pelo Decreto nº 8945, de 27 de dezembro de 2016, tendo sido autorizadas pela Diretoria Executiva em 18.11.2019.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis intermediárias são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a "moeda funcional", que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma continua.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

Nota 3 - Resumo das Principais Diretrizes Contábeis

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Conforme Macrofunção STN 020303 – Programação e Execução Financeira, a CPRM possui:

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Valores demonstrados na conta limite de saldo que descrevem as funções relacionadas com os processos de Programação e Execução Financeira, de forma a compatibilizar a liberação de recursos com as disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, observando os limites de crédito estabelecidos pela Lei Orçamentária Anual – LOA.

Assim como, valores demonstrados na conta única do tesouro nacional mantida no Banco Central do Brasil, que é utilizada para registrar a movimentação dos recursos financeiros de responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Pública e das pessoas jurídicas de direito privado que façam uso do SIAFI por meio de acordo de cooperação técnica firmado com a STN.

b) Contas a Receber

Os valores registrados em contas a receber são referentes ao ressarcimento das despesas com cessão de empregados. A CPRM não possui contas a receber de clientes.

c) Materiais

Os valores registrados neste item são materiais de consumo, avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição.

d) Tributos a Recuperar

A contabilização do item tributos a recuperar refere-se aos créditos apurados, conforme legislação tributária específica do PIS/PASEP e da COFINS (Leis 10.637/2002 e 10.833/2003).

e) Adiantamento para Despesas

Os adiantamentos são demonstrados no ativo circulante e reclassificados em contas de despesas quando da prestação de contas.

f) Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de convênios são contabilizados em conta do ativo circulante e seu resultado apurado após a aplicação destes recursos.

g) Financiamentos a Receber

Os financiamentos a receber são referentes ao Programa de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral (PAFPM), do Governo Federal, que teve como objeto estimular os empresários brasileiros a se dedicarem ao ramo da mineração, oferecendo um sistema de financiamento adequado às peculiaridades da prospecção mineral, e assumindo, juntamente com o empresário, os riscos inerentes à mesma.

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Os itens são demonstrados conforme valores históricos, corrigidos com juros e correção monetária e norteados por contratos específicos, além dos registros ajustando as possíveis perdas.

h) Investimentos

Os itens demonstrados possuem natureza permanente e estão atualizados ao valor patrimonial.

i) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração as estimativas dos critérios vigentes, apropriada ao resultado do exercício) e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços que foram adquiridos no curso normal das operações de empresas nacionais.

l) Financiamentos a Pagar

Os empréstimos firmados pela CPRM cujo prazo é superior a um ano entre a assinatura do contrato e seu pagamento final são contabilizados primeiramente como passivo não circulante para depois, na data do balanço, serem transferidos para o passivo circulante. Tais financiamentos estão suportados por contratos específicos.

m) Impostos e Encargos Sociais a Pagar

As obrigações da Companhia com o Governo relativas a impostos, taxas e contribuições são registradas em contas específicas dentro desse item.

n) Salários, Remunerações e Benefícios, Férias e 13º Salários a Pagar

Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

o) Provisão para Contingências

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes são as seguintes: (i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

p) Convênios com Entidades Diversas

A Companhia recebe recursos de convênios que são contabilizados no passivo circulante e seu resultado é apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

q) Capital Social

De acordo com os itens 7, 9, 14, 16 e 32 do Parecer nº 90/2017/COPAR/SUPOF/STN/MF-DF DE 31de julho de 2017, as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas sem a separação das participações dos controladores e não controladores.

r) Reserva de Reavaliação

Os itens de reserva de reavaliação foram constituídos conforme reavaliação feita à época nos moldes da ferramenta SPIUNet (Sistema Público de Gerenciamento dos Imóveis do Governo Federal) e norma especifica e a realização pela depreciação dos respectivos imóveis.

s) Apuração do Resultado

O resultado é apurado segundo o Regime de Competência.

O resultado antes dos tributos sobre o lucro é apurado somando o lucro bruto e os recursos da União para operações e investimentos, diminuídos do resultado das despesas e receitas operacionais e financeiras.

O resultado fiscal é apurado conforme legislação do Imposto de Renda - IR e Contribuições sobre o Lucro – CSLL (Lucro Real Trimestral).

t) Receita

A receita líquida é resultado da receita bruta diminuída do Imposto sobre Serviços – ISS, tributo sobre ela incidente, conforme legislação tributária específica. As receitas surgem no curso normal da atividade econômica, pesquisa e desenvolvimento em ciências físicas e naturais, desenvolvida pela Companhia, referindo-se, principalmente, aos serviços prestados pela rede de Laboratórios de Análise Mineral – LAMIN/CPRM.

u) Custos

A apuração dos custos referentes à prestação dos serviços é estimada com base nas informações geradas pelo Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC, de acordo com a avaliação dos centros de custos, pelas áreas que prestam o serviço.

v) Despesas

O registro das despesas atende as classificações e os estágios da Execução da Despesa e do o Orçamento Público. Compõem o item, os lançamentos das despesas patrimoniais: depreciações, provisões, perdas, entre outras.

Nota 4 - Caixa e Equivalente de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa é representado pelas contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento e Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional, que registram os valores do limite de saque estabelecido pelo órgão central de programação financeira para atender despesas com vinculação de pagamento e para a aplicação de recursos de outras entidades onde a Companhia é convenente. Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 apresentou saldo de R$ 41.976 e R$ 27.401, respectivamente.

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

		R$ Mil
	09/2019	12/2018
Limite de Saque com Vinculação Pagamento	38.876	24.969
Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional	3.100	2.432
Total	**41.976**	**27.401**

Nota 5 - Contas a Receber

Os valores registrados em Contas a Receber referem-se a créditos por cessão de pessoal a outros órgãos.

		R$ Mil
	09/2019	12/2018
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	404	203
Total	**404**	**203**

Ressalta-se a existência de ação proposta pela CPRM em face ao Estado do Amapá, que visa ao ressarcimento das despesas com a cessão de pessoal.

Nota 6 - Materiais

Os valores registrados neste grupo referem-se a materiais de consumo, demonstrados pelo custo médio ponderado de aquisição.

		R$ Mil
	09/2019	12/2018
Material de Consumo	288	386
Outros Materiais de Consumo	3	60
Total	**291**	**446**

Nota 7 – Tributos a Recuperar

Neste grupo são registrados os créditos tributários referentes à COFINS e ao PIS/PASEP apurados conforme a transmissão da Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD –Contribuições). São contabilizadas também as retenções de tributos federais por terceiros.

		R$ Mil
	09/2019	12/2018
COFINS a Recuperar/Compensar	953	849
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	207	184
Outros Tributos a Recuperar/Compensar	8	8
Total	**1.168**	**1.041**

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Nota 8 - Adiantamentos para Despesas

São registrados neste grupo os adiantamentos para o atendimento das operações da empresa com exceção dos Adiantamentos de Transferência Legal.

		R$ Mil
	09/2019	**12/2018**
Adiantamento 13° salário	7.006	-
Adiantamento de Férias	294	1.717
Adiantamento de Viagens	2.359	1.708
Adiantamento de Salários	-	3
Adiantamento Suprimento de Fundos	19	-
Adiantamento a Prestadores de Serviços	2.229	1.778
Total	**11.907**	**5.206**

Nota 9 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de Convênios com Entidades Diversas onde a Companhia é concedente são contabilizados em conta do Ativo Circulante e seu resultado apurado após a sua aplicação.

		R$ Mil
	09/2019	**12/2018**
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) - Vigência: 02/2016 à 02/2018 - Prorrogado o prazo para 31/12/2019 Objeto: Manutenção e a Ampliação da Rede Sismográfica Brasileira – RSBR, constituída pela Rede Sismográfica do Sul e do Sudeste do Brasil - RSIS	2.369	3.800
Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Vigência: 12/2015 à 11/2017 - Prorrogado prazo para 30/11/2019 Objeto: Realização de três campanhas de levantamento de dados geofísico e oceanográficos e coleta de amostras geológicas na região da Plataforma de Florianópolis e no Terraço de Rio Grande para avaliação da ocorrência de depósitos de fosforita dentro do Programa REMPLAC	1.500	1.500
Diretoria de Finanças da Marinha – Vigência: 12/2016 à 12/2017 (Sem prestação de contas até o encerramento desse período) Objeto: Utilização do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Navio Vital de Oliveira" na realização de campanhas de levantamento de dados geofísicos e oceanográficos e coleta de amostras geológicas, oceanográficas e biológicas - Programa PROAREA e REMPLAC	3.200	3.200
Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro – Vigência 11/2009 à 11/2013 (Sem prestação de contas até o encerramento desse período) Objeto: Mapeamento geológico e dos recursos minerais de uma área de cerca de 3.000 Km quadrado, da Folha Itaboraí (SF-23-Z-B-V), situada na região da baixada litorânea e parte da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.	160	150
Diretoria de Finanças da Marinha – Vigência: 08/2018 à 08/2019. Objeto: Objeto: Utilização do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Navio Vital de Oliveira" na realização de campanhas de levantamento de dados geofísicos e oceanográficos e coleta de amostras geológicas, oceanográficas e biológicas - Programa PROAREA e REMPLAC. Aguardando aprovação da prestação de contas	2.000	2.000
Total	**9.229**	**10.650**

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Nota 10 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a grupos do Ativo Circulante, tais como Depósitos para Interposição de Recursos e Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas. Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, apresentou saldo de R$ 22 e R$ 25, respectivamente.

Nota 11 - Realizável a Longo Prazo

No Ativo Realizável à Longo Prazo estão registrados os Financiamentos Concedidos, sob o título de Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais, evidenciando os valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, conforme recursos dos Programas de incentivo do Governo Federal da época. Além de Outros Créditos, tais como contratos de Cessão de Direitos Minerais, Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação, demonstrados abaixo:

		R$ Mil
	09/2019	**12/2018**
Financiamentos Concedidos	21.768	20.892
Outros Créditos	3.905	5.452
Total	**25.673**	**26.344**

Nota 11.1 - Financiamento Concedidos à Pesquisa Mineral

Cabe evocar, conforme estudos realizados no Exercício de 2018 e objetivando avivar o entendimento, nos períodos anteriores havia registros de financiamentos concedidos referentes a contratos sob os títulos de Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral, Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais e Financiamentos à Pesquisa Mineral, que foram devidamente regularizados e que clausula de risco significa dizer que se a Agência Nacional de Mineração (DNPM/ANM) decidisse pelo arquivamento do relatório final de pesquisa – RFP, o beneficiário ficava desobrigado de restituir o saldo do empréstimo, considerado pelas regras do Programa como quitado. No mais, a Diretoria da Companhia, através da consultoria jurídica continuará as negociações dos processos ativos.

Sobre os Processos ativos no banco de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), a Consultoria Jurídica/COJUR/CPRM recomendou, pelo Memorando nº 014/2019/COJUR, de 02 de outubro de 2019, a seguinte classificação para os riscos contratuais que, consequentemente, deu conformidade aos ajustes das perdas, no Balanço da Companhia:

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

PROCESSOS	EMPRESAS DE MINERAÇÃO FINANCIADAS PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA À PESQUISA MINERAL (PAFPM) – LEI 764/69, ARTS. 4º, 24 E 25.	RISCOS CONTRATUAIS (RECEBIMENTO)	CUSTO CORRIGIDO	PERDAS ESTIMADAS
003.499/35	EXDIBRA EXTRATÍFERA DE DIAMANTES LTDA	REMOTO	3.246	(3.246)
808.445/73 810.677/73	MINEPAR MINÉRIOS GASPAR LTDA.	POSSÍVEL	13.960	-
805.657/76 805.658/76 805.659/76 812.559/76	BELO SUN MINERAÇÃO (À ÉPOCA, OCA MINERAÇÃO/VERENA MINERAÇÃO LTDA)	POSSÍVEL	7.808	-
Total			**25.014**	**(3.246)**

Os saldos líquidos referentes aos Financiamentos à Pesquisa Mineral registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo de R$ 21.768 em 30 de setembro de 2019 e de R$ 20.892 em 31 de dezembro de 2018, atualizados com juros contratuais que variam de 3% a 7% a.a., representam os valores totais de R$ 25.014 e de R$ 24.066 respectivamente, deduzindo-se R$ R$ 3.246 e R$ 3.174, relativo à Provisão de Riscos Contratuais (perdas estimadas), respectivamente, conforme abaixo:

R$ Mil

	09/2019	12/2018
Financiamento à Pesquisa Mineral	-	-
Pesquisa Avaliação de Depósitos Substâncias Minerais – Belo Sun/Exdibra/Minepar	21.768	20.892
Fundo Financeiro à Pesquisa Mineral - Exdibra	-	-
Total	21.768	20.892

Nota 11.2 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a outros grupos do Realizável a Longo Prazo, tais como Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

Neste grupo também estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretratável, pela CPRM à Companhia Energética de São Paulo (CESP), nos termos definidos na "escritura de cessão de direitos minerais", firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda. com a interveniência da CPRM por escritura pública lavrada em 11/11/1993. Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem-sucedidas de "turfa", realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do "Projeto Caçapava", localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje ANM. As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Energética. O saldo contábil da conta Direitos sobre Concessões em 30/09/2019 é de R$ 2.775, assim como o saldo credor da Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo.

		R$ Mil
	09/2019	12/2018
Crédito por Concessão Direito de Uso/Exploração de Bens	2.775	2.775
Ajuste Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.775)	(2.775)
Depósitos Judiciais	1.344	2.335
Depósitos para Interposição de Recursos	1.865	2.449
Depósitos Compulsórios - Combustíveis	564	539
Depósitos Compulsórios - Veículos	91	88
Aplicação em Ativos	-	-
Outros	41	41
Total	**3.905**	**5.452**

Importante acrescentar que foi instituída a formação de um Grupo de Trabalho, através do Ato nº 14/PR/19, de 28 de janeiro de 2019, com a finalidade de estudar a situação financeira das obrigações de repasse de percentual do minério explorado nas áreas cedidas a terceiros, subsidiando eventual cobrança administrativa e ou judicial decorrente de inadimplemento, e sugestão de diretiva executiva dos contratos.

Verificações feitas pelo Grupo levantaram informações, expressas no Memorando nº 10/2019/COJUR, de 27 de junho de 2019, sobre o contrato da Eucatex Mineral Ltda, que não foi observada atividade de lavra nas áreas de turfa, conforme visitas técnicas realizadas em 03 e 04/04/19. A área onde ocorreu a exploração da turfa no passado atualmente é um lago cercado de pequenas propriedades rurais onde exercem as atividades de agricultura e pecuária e nas análises dos relatórios anuais de lavra realizadas, a empresa não declarou produção alguma.

Neste sentido, não há qualquer informação de valores presentes a serem pagos à CPRM. Cabendo afirmar que tal conclusão faz parte de um estudo preliminar, que não exclui eventuais recebíveis pela exploração pretérita, são as considerações finais feitas pela COJUR, conforme o citado Memorando.

Ressalta-se que até 30 de setembro de 2019, não foram geradas maiores informações sobre o relatório final do referido GT.

Nota 12 - Investimentos

Os valores registrados como Investimentos correspondem a ações e títulos de natureza permanente, atualizados a valor patrimonial, principalmente, da Companhia Riograndense de Telecomunicações e da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.

		R$ Mil
	09/2019	12/2018
Ações de Outras Companhias	13	20
Total	**13**	**20**

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Nota 13 - Imobilizado

Os elementos do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Sobre o atendimento às orientações da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia após término dos procedimentos de inventário geral de bens móveis poderá avaliar se há alguma indicação de que os bens sofreram desvalorização, como exemplo, evidência da obsolescência ou dano físico dos ativos imobilizados, considerando que terá fontes internas mínimas de informação e os bens poderão ser caracterizados como sujeitos ao reconhecimento de perdas.

O procedimento de Inventário citado acima obedece ao cronograma aprovado pela Diretoria Executiva e conforme Nota Técnica nº 003/2019 – Inventário Geral de Bens Móveis – Ativo Imobilizado, de 29 de maio de 2019, o DEAMP encaminharia para DICOGE os relatórios de bens patrimoniais ajustados visando o reflexo nas contas contábeis, que aconteceria em até o dia 15.08.2019.

Conforme Memorando, nº 206/2019/DEAMP, de 07 de outubro de 2019, o procedimento de Inventário foi concluído e está em processo de aprovação para registros dos efeitos decorrentes do levantamento realizado.

A CPRM, em relação à estimativa de vida útil econômica e taxa de depreciação, considerando que antes à vigência da Lei nº 11.638/2007, e consequentemente, antes às orientações da NBC TG 27 (R4), a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, manteve, em 2018, os parâmetros vigentes, por meio do método linear, como seguem:

Bens do Ativo Imobilizado	Estimativa de vida Útil	Taxa de depreciação
Máquinas e Equipamentos	Dez anos	10% a.a.
Equipamentos de Informática	Cinco anos	20% a.a.
Móveis e Utensílios	Dez anos	10% a.a.
Veículos	Cinco anos	20% a.a.
Embarcações	Dez anos	10% a.a.
Imóveis	Vinte e Cinco anos	4% a.a.
Instalações	Dez anos	10% a.a.
Terrenos – Não depreciável		
Documentação, Objetos de Arte e Peças para Exposição – Não depreciável		

A Companhia fará revisão das estimativas, se necessário, quando existir uma indicação confiável de mudança significativa desde a última data de Balanço.

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Os saldos do Imobilizado em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão assim representados:

R$ Mil	Saldo(custo) em 31/12/2018	Adições do Periodo	Baixas do Periodo	Saldo (custo) até 30.09.2019	Depreciação Acumulada 31/12/2018	Depreciação do Periodo	Saldo Liquido em 30/09/2019
Imóveis	76.339	119	0	76.458	-15.073	-948	**60.437**
Laboratórios	3.790	0	0	3.790	-389	-103	**3.298**
Terrenos	391	0	0	391	0	0	**391**
Aparelhos de Medição e Orientação	44.446	4.781	-1.800	47.427	-28.394	-3.032	**16.001**
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2.597	0	-21	2.576	-1.709	-28	**839**
Equipamentos de Operação	16.898	1.743	-229	18.412	-9.149	-558	**8.705**
Mobiliário em Geral	12.776	576	-70	13.282	-7.495	-620	**5.167**
Instalações	1.113	89	0	1.202	0	0	**1.202**
Embarcações	1.032	10	0	1.042	-688	-32	**322**
Veículos	23.287	2.051	-16	25.322	-22.890	-255	**2.177**
Equipamentos Áudio, Vídeo e Foto	3.133	64	-74	3.123	-1.860	-64	**1.199**
Equipamentos de Processamento Dados	35.234	2.679	-2.586	35.327	-27.295	-306	**7.726**
Documentação, Museus e Objetos de Arte	8.926	0	0	8.926	-82	-4	**8.840**
Imobilização em Curso	3.924	5	-89	3.840	0	0	**3.840**
Aparelhos e Equipamentos para Laboratório	16.713	44	-1	16.756	-10.945	-1.077	**4.734**
Máquinas e Ferramentas de Oficina	1.197	0	-3	1.194	-907	-45	**242**
	251.796	**12.160**	**-4.889**	**259.067**	**-126.876**	**-7.072**	**125.120**

Em Imobilizações em Curso são contabilizados os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta, outros gastos em obras em andamento que, quando concluídas, terão sua destinação voltada à manutenção das atividades da empresa, ocasião em que serão reclassificadas para as contas específicas no imobilizado. Já em Equipamentos de Operação são contabilizados máquinas e equipamentos gráficos, eletroeletrônicos, doméstico, hidráulico, agrícolas e agropecuário, de proteção e segurança e de natureza industrial.

Complementarmente, a Administração da CPRM ressalta que desde a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adotou todas as rotinas contábeis, conforme enfoque patrimonial da Contabilidade Pública, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, referentes à movimentação do Ativo Imobilizado em todas as Unidades Gestoras.

Nota 14 - Intangível

Estão registrados no item intangível, sistemas adquiridos pela Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial. Os saldos do Intangível em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 representaram:

		R$ Mil
	09/2019	12/2018
Softwares	571	-
Total	**571**	**-**

Nota 15 - Fornecedores e Contas a Pagar

São registrados neste grupo as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia, e aquelas decorrentes de prestações de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, entre outras.

As obrigações com os Fornecedores e Contas a Pagar são registradas pela Companhia no momento da ocorrência do fato gerador, observado o Regime de Competência, conforme procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelas liquidações executadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

		R$ Mil
	09/2019	12/2018
Contas a Pagar Credores Nacionais	7.444	8.937
Contas a Pagar Credores Nacionais – Intra OFFS	2	10
Fornecedores Nacionais	706	-
Total	**8.152**	**8.947**

Nota 16 - Financiamentos a Pagar

Os Financiamentos a Pagar no circulante correspondem a parcelas com vencimento até o término do Exercício referentes a contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e países credores, vencíveis de 30/04/1995 a 30/04/2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive os juros de longo prazo estimados. Os saldos do Financiamento a Pagar

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

no circulante representam R$ 35 e R$ 19 e no não circulante representam R$ 296 e R$ 292, em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente.

	09/2019	12/2018
Empréstimos Externos Circulante	35	19
Empréstimos Externos Não Circulante	296	292

Nota 17 – Tributos e Encargos Sociais a Pagar

Estão registrados neste grupo os tributos e encargos apurados da Companhia, entre os quais Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, IPTU, INSS, FGTS, ISS entre outros.

R$ Mil

	09/2019	12/2018
IPTU	-	32.235
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	7.816	7.491
INSS Contribuição s/ Salários e Remunerações	4.808	5.297
INSS	1.099	1.182
FGTS	1.260	2.007
ISS	52	45
IRPJ a Recolher	7.465	-
CSLL a Recolher	2.757	-
Tributos Renegociados	2.935	1.813
Demais Tributos e Encargos	1.269	1.274
Total	**29.461**	**51.344**

Os valores correspondentes ao IPTU relativos ao Escritório do Rio de Janeiro eram referentes à cobrança administrativa junto à Prefeitura local ou em cobrança amigável junto à Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro. A baixa desta obrigação foi suportada pelo jurídico da CPRM, por meio de Nota Técnica nº 006/DICOTE/COJUR/2019-BLS, de 13 de fevereiro de 2019, bem como decisão da Diretoria Executiva, Ata de Reunião nº 1.205, de 11 de junho de 2019, decisão do Conselho de Administração Ata de Reunião nº 230, de 27 de junho de 2019 e Nota Técnica nº 01/COJUR/CPRM/2019-BLS, de 27 de junho de 2019. (Ver Nota 19)

Salienta-se que a tutela concedida pelo Juízo da 30ª vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 2019, determinou a suspensão da exigibilidade do IPTU, obstando, inclusive, a inscrição destes em dívida ativa e que a CPRM seja incluída ou permaneça em qualquer cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIM (Nota Técnica nº 006/DICOTE/COJUR/2019-BLS, de 13 de fevereiro de 2019). Por essa razão, houve a mudança de prognóstico e consequente reversão do saldo a pagar.

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

O valor referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços foi apropriado na competência e recolhido até a data de vencimento do mês seguinte.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica apurado no 2° Trimestre foi devidamente corrigido e a Companhia aderiu ao parcelamento ordinário, conforme Processo SRF nº 10166.408.400/2019-49. (Ver Nota 35).

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido apurada no 2° Trimestre foi devidamente corrigida e a Companhia aderiu parcelamento simplificado, conforme processo SRF nº 10166.408.305/2019-45. (Ver Nota 35)

A Companhia segrega os tributos renegociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Receita Federal do Brasil – RFB, no Passivo Circulante e no Passivo não Circulante. As renegociações acontecem, principalmente, de acordo com o estabelecido nas Leis nº 12.865/2013 e Lei nº 13.496/2017. Os saldos dos Tributos Renegociados contabilizado no Passivo não Circulante representam R$ 14.312 e R$ 15.578, em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente.

		R$ Mil
	09/2019	**12/2018**
Tributos Renegociados a Longo Prazo	14.312	15.578
Total	**14.312**	**15.578**

Nota 18 - Férias e 13° Salário a Pagar

A Companhia registra as Férias e o 13° Salário pelo Regime de Competência

		R$ Mil
	09/2019	**12/2018**
Férias a Pagar	39.877	40.371
13° Salário a Pagar	14.695	-
Total	**54.572**	**40.371**

Nota 19 - Provisão para Contingências

A Provisão para Contingências foi constituída conforme situações futuras de perdas. Os Processos classificados com riscos prováveis pela Consultoria Jurídica da Companhia, estão demonstrados pelos montantes abaixo (Memorando 083/DICOTE/COJUR/2019, de 02 de setembro de 2019):

		R$ Mil
	09/2019	**12/2018**
Responsabilidade Civil	365	315
IPTU	-	55.650
Ações Trabalhistas	7.848	10.609
Total	**8.213**	**66.574**

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Sobre os saldos de Provisão para Contingências Tributária (IPTU), imóvel do Escritório do Rio de Janeiro, foi concluído, conforme razões expostas na Nota Técnica nº 01/COJUR/CPRM/2019-BLS, de 27 de junho de 2019, que existem fundamentos suficientes para afirmar que a reiteração de manifestações, corroborada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admitem a classificação do risco das referidas demandas como remoto, mantendo as razões e fundamentos da Nota Técnica nº 006/DICOTE/COJUR/2019-BLS, de 13 de fevereiro de 2019 que, considerou, principalmente, a tutela concedida em face do Município do Rio de Janeiro em razão da imunidade recíproca extensiva às empresas públicas. Sendo assim, foi revertido, no 2º trimestre, o saldo da provisão constituída para os débitos tributários com o IPTU. (Ver Nota 17)

Nota 19.1 - Ações com Perdas Possíveis

Os processos classificados como perda possível pela Consultoria Jurídica resultaram em 30 de setembro de 2019 no valor de R$ 8.129 e 31 de dezembro de 2018 no valor de R$ 26.412.

		R$ Mil
	09/2019	**12/2018**
Ações de Responsabilidade Civil	2.408	2.388
Ações Tributárias	-	18.036
Ações Trabalhistas	5.721	5.988
Total	**8.129**	**26.412**

Todos os processos de Ações Tributárias (IPTU) foram classificados, pela Consultoria Jurídica (Nota Técnica nº 01/COJUR/CPRM/2019-BLS), como risco de perda remoto para a Companhia.

Nota 20 - Contas e Despesas a Pagar

São registrados valores a pagar, tais como Salários, Remunerações e Benefícios, Planos de Previdência e Assistência Médica, Retenções Diversas, e outros.

		R$ Mil
	09/2019	**12/2018**
Salários, Remunerações e Benefícios	10.373	14.456
Planos de Previdência e Assistência Médica	1.979	890
Retenções Sindicatos e Associações	3	7
Retenções Planos de Seguros	688	235
Retenções – Empréstimos e Financiamentos	808	-
Outras Contas a Pagar	98	36
Total	**13.949**	**15.624**

Em 2019, os valores referentes a salários, remunerações e benefícios foram apropriados na competência (setembro) e pagos até o quinto dia útil do mês subsequente.

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Nota 21 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos recebidos de convênios com entidades diversas com ou sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e seu resultado é apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

Os adiantamentos feitos pelas entidades a título de Convênio com Entidades Diversas, na qual a Companhia é convenente em 30 de setembro de 2019 correspondem a R$ 10.559, sendo:

		R$ Mil
	09/2019	**12/2018**
Sec. Estadual de Meio Ambiente e Rec. Hídricos – SEMAR	625	0
Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil – FUNPDEC	1.341	1.907
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento – ADASA	837	520
Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC	32	839
Centro Gestor e Operacional do Sist de Proteção da Amazônia - CENSIPAN	254	258
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo – ANP	209	146
Coordenação Geral de Recursos Logísticos – Ministério das Cidades	37	37
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	14	337
Secretaria de Rec. Hídricos e Qual. Ambiental	317	-
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	6.893	1.111
Total	**10.559**	**5.155**

Nota 22 - Credores Diversos

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar não relacionados a outros do Passivo Circulante, tais como Contribuição a Entidades de Previdência Privada, Diárias a Pagar, Depósitos e Cauções Recebidos, Depósitos Retidos de Fornecedores, Indenizações, Restituições e Compensações e outros.

		R$ Mil
	09/2019	**12/2018**
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	720	704
Diárias a Pagar	425	746
Depósitos e Cauções Recebidos	211	211
Depósitos Retidos de Fornecedores	41	0
Indenizações, Restituições e Compensações.	14	10
Outros Credores	51	1
Total	**1.462**	**1.672**

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Nota 23 - Capital Social

Em 30 de setembro de 2019, o Capital Social integralizado no valor de R$30.148, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

A composição acionária da empresa em 30 de setembro de 2019 apresenta a seguinte distribuição:

	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de Ações	%
União Federal	2.580.626	98	288.963	92	2.869.589	97
Fazenda do Estado do Amazonas	0	0	1.169	0	1.169	0
Fazenda do Estado do São Paulo	28.073	1	18.715	6	46.788	2
Cia. Energética de Alagoas	116	0	116	0	232	0
Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás	6.015	0	6.015	2	12.030	0
Petróleo Brasileiro S/A	12.031	1	0	0	12.031	1
Banco Central do Brasil	1.202	0	0	0	1.202	0
Centrais Elétricas Norte do Brasil	0	0	233	0	233	0
Indústrias Nucleares do Brasil	23	0	0	0	23	0
Cia. Mineradora Minas Gerais S/A	200	0	0	0	200	0
Cia. Paranaense de Energia – COPEL	674	0	594	0	1.268	0
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	467	0	0	0	467	0
Cia. Riograndense Saneamento - CORSAN	233	0	0	0	233	0
Metais de Goiás S/A - METAGO	584	0	116	0	700	0
CESP - Cia. Energética de São Paulo	467	0	701	0	1.168	0
Cia. Riograndense de Mineração	39	0	0	0	39	0
Cia. Matogrossense de Mineração - METAMAT	400	0	0	0	400	0
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	0	0	400	0	400	0
Total	**2.631.150**	**100**	**317.022**	**100**	**2.948.172**	**100**

Nota 24 - Reserva de Reavaliação

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial localizados nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro e Goiânia, conforme lançamentos históricos e compulsórios feitos pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Em 2019, o valor da realização corresponde a R$ 191 mil e teve como base os valores registrados como depreciação das benfeitorias nos imóveis de uso especial. O prazo máximo estimado para a total reversão da Reserva de Reavaliação do imóvel no ERJ é de 9 anos e 6 meses e para o imóvel de GO é de 19 anos e 9 meses.

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

	R$ Mil	
	09/2019	**12/2018**
Reserva de Reavaliação		
Terreno	13.006	13.006
Imóvel	8.704	8.895
Total	**21.710**	**21.901**

Nota 25 – Resultado Acumulado

Nesta conta são registrados os resultados acumulados da empresa.

Em 2019, a Companhia acumulou resultado no período de R$ 23.505, conforme o quadro abaixo:

	R$ Mil	
	09/2019	**12/2018**
Resultado Acumulado	23.505	(61.369)
Total	**23.505**	**(61.369)**

Em 30 de setembro de 2019, o Resultado Acumulado apresentou a seguinte composição, conforme evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

	R$ Mil
Lucros e Prejuízos do Período	84.718
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(61.369)
Reversão da Reserva de Reavaliação	155
Ajustes de Exercícios Anteriores	-
Total	**23.505**

Nota 26 - Receita Líquida de Serviços

A Receita Líquida de Serviços é apurada pela dedução dos Tributos Incidentes sobre a Receita Bruta de Serviços provenientes da atividade fim da Companhia, conforme evidenciado a seguir:

	R$ Mil	
	09/2019	**09/2018**
Receita Líquida de Serviços	1.661	1.894
	1.661	**1.894**

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Nota 27 - Custo dos Serviços Prestados

Os valores atribuídos aos Custos dos Serviços Prestados pela Companhia relativos aos serviços prestados, principalmente, conforme estudos *in loco* do Laboratório de Mineração - LAMIN em 30 de setembro de 2019 foram de R$ 1.477 e em 30 de setembro de 2018 foram de R$ 799.

Nota 28 - Recursos da União para Operações e Investimentos

A Companhia está incluída no Orçamento da União recebendo recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações.

Até 30 de setembro de 2019, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional e Convênios com Destaque Orçamentário de R$ 374.561, sendo R$ 323.643 para operações do ano corrente e R$ 50.918 para pagamento de despesas de Restos a Pagar.

Os recursos da União para operações referiram-se aos lançamentos efetuados nas contas de resultado no SIAFI, como repasses recebidos, transferências recebidas para pagamento de restos a pagar e transferências concedidas para pagamento de restos a pagar e destinaram-se a cobertura de gastos com pessoal e encargos sociais, juros da dívida e outras despesas correntes.

Conforme item 14 do Parecer nº 90/2017/COPAR/SUPOF/STN/MF- DF, de 31 de julho de 2017, a CPRM segregou, entre os recursos aportados pelo Tesouro, os destinados à receita de custeio daqueles recebidos para investimentos.

Nota 29 - Despesas e Receitas Operacionais

Representam, basicamente, as despesas realizadas para a manutenção dos serviços da Companhia e outras receitas operacionais.

As Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas e Receitas Operacionais apuradas até 30 de setembro de 2019 e de 2018 tiveram as seguintes composições:

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

	R$ Mil	
	09/2019	**09/2018**
Despesas com Pessoal	(212.288)	(226.889)
Encargos Sociais	(44.623)	(49.500)
Benefícios a Empregados	(938)	(829)
Plano de Previdência Complementar	(6.416)	(6.940)
Locação e Aquisição	(1.613)	(1.103)
Depreciação e Amortização	(9.265)	(10.294)
Despesas Tributárias	(2.193)	(3.183)
Serviços de Comunicação	(2.282)	(2.203)
Serviços Públicos	(2.888)	(5.235)
Manutenção	(6.013)	(2.890)
Serviços Profissionais Contratados	(89.074)	(80.433)
Materiais	(4.623)	(4.117)
Resultado com Ações Judiciais	(2.511)	(223)
Outras Despesas/Receitas	107.816	24.993
	(276.911)	**(368.846)**

Nota 30 - Despesas e Receitas Financeiras

Representam variações monetárias, variações cambiais, juros e outros.

As Despesas e Receitas apuradas até 30 de setembro de 2019 apresentam os seguintes valores:

	R$ Mil	
	09/2019	**09/2018**
Despesas Financeiras	(5.628)	(3.251)
Receitas Financeiras	1.009	58
	(4.619)	**(3.193)**

Nota 31 - Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

A Companhia, conforme ajustes estabelecidos pela legislação fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Lucro Real/Trimestral, apurou, a partir do seu resultado contábil, em 30 de setembro de 2019, prejuízo fiscal no valor de R$ 4.916 mil.

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Nota 32 - Resultado Líquido do Período

A Companhia apurou até 30 de setembro de 2019, lucro contábil de R$ 84.718, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado, de acordo com registros expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Nota 33 – Convênios com Entidades Diversas – Termo de Execução Descentralizada - TED

Em relação ao Convênios com Entidades Diversas, a Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT alterou a rotina do Termo de Execução Descentralizada -TED, a partir do exercício 2019, conforme Mensagem nº 2019/0204238 de 29 de janeiro de 2019, emitida no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Neste sentido, faz-se importante transcrever o texto da citada mensagem, que diz o seguinte: QUANDO HOUVER RECURSOS PENDENTES DE COMPROVAÇÃO, A UG DESCENTRALIZADORA IRÁ APROPRIAR O DIREITO NA CONTA 11382.38.00 E A UG RECEBEDORA REGISTRARÁ A OBRIGAÇÃO NA CONTA 21892.06.00.

Na sequência, a CCONT, após orientar a nova rotina, executou lançamentos que refletiram na Contabilidade dos Órgãos. Ou seja, no Balanço da Companhia foi reconhecido um passivo de R$ 96.966.755,44 (Noventa e Seis Milhões, Novecentos e Sessenta e Seis Mil, Setecentos e Cinquenta e Cinco Reais e Quarenta e Quatro Centavos), no primeiro trimestre de 2019.

O Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças –DECOF verificou que a CCONT lançou os valores totais recebidos pela Companhia referentes a todos os TEDs (convênios) evidenciando as descentralizações externas de créditos orçamentários. Em contrapartida houve o registro de variação patrimonial diminutiva (despesa), que consequentemente, impactou o resultado da CPRM, gerando prejuízo em igual valor.

Buscando anular o impacto do resultado e preparar as Demonstrações Intermediárias com informações que sejam uteis na tomada de decisões, a Divisão de Contabilidade Geral realizou lançamentos no subgrupo de Convênios com Entidades Diversas – TED e, contrapartida no resultado.

Ressalta-se que a prática contábil adotada pela Companhia já era o reconhecimento do direito e da obrigação, no Balanço Patrimonial, classificados em contas patrimoniais análogas ao orientado pela CCONT.

A Divisão de Execução Financeira, que controla a movimentação do recurso, inclusive a prestação de contas, contatou os órgãos concedentes para ajustes dos saldos. Faz-se necessário esclarecer ainda, que a Companhia prestou conta dos montantes relevantes, porém a análise e a baixa pela aprovação, depende de tais órgãos.

Os convênios com entidades Diversas – TED registrados até 30 de setembro de 2019 apresentam os seguintes valores:

		R$ Mil
	ATIVO	**PASSIVO**
Convênios com Entidades Diversas – TED	88.314	0
Convênios com Entidades Diversas – TED	0	88.314
Total	**88.314**	**88.314**

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA

Nota 35 – Eventos Subsequentes – Parcelamentos IRPJ a Pagar e CSLL a Pagar

No final do mês de outubro e início de novembro, a Companhia solicitou a Secretaria da Receita Federal - SRF o parcelamento ordinário do débito tributário de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, com valor atualizado de R$ 8.405, em 60 vezes. O pedido foi deferido pela SRF e resultou no Processo nº 10166-408400/2019-49. O mesmo aconteceu para o débito tributário de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, com valor atualizado de R$ 3.200, conforme parcelamento simplificado, em 60 vezes, que resultou no Processo nº 10166-408305/2019-45.

Esteves Pedro Colnago
Diretor Presidente

Cassiano de Souza Alves
Diretor de Administração e Finanças

Antônio Carlos Bacelar Nunes
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

José Leonardo Silva Andriotti
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Fernando Pereira de Carvalho
Diretor de Infraestrutura Geocientífica

Sheila Teixeira Ribamar
Contadora CRC-RJ 091010/O-6 S-DF
CPF. 074.688.177-07

RUSSELL BEDFORD AUDITORIA